

# O ETERNO BAILE DA ILHA FISCAL NACIONAL

O ano encerra com um dos escândalos mais complexos da história recente, expondo os poderes da República em uma clara guerra velada. Esse tipo de escândalo esconde um perigo muito maior do que a mera “desmoralização das instituições” – o que está em jogo, e que talvez escape à visão imediata dos protagonistas desse drama, é a própria sobrevivência do sistema do qual eles fazem parte.

A crítica à impunidade seletiva que ecoa nas redes não é mera revolta, mas um sinal de fadiga estrutural com a desfaçatez dos atos ilegais e imorais que o sistema naturalizou. E aqui reside o verdadeiro apelo que precisa ser feito neste fim de ano: um convite à razão e ao instinto de autopreservação daqueles que habitam os andares mais altos da pirâmide nacional.

A história das civilizações mostra que nenhuma elite, por mais entrincheirada que esteja no poder, sobrevive à exaustão da base que a sustenta. O poder, seja ele financeiro, político ou jurídico, não pode ser exercido em um vácuo, mas depende da vitalidade de uma nação real, de uma economia que produza, de uma moeda que valha algo e de um povo que, minimamente, acredite que amanhã será melhor que hoje. Isso é o exato oposto do que o sistema financeiro, a classe política e a alta cúpula do judiciário fazem há décadas, e continuam a fazer com gosto redobrado nos últimos anos, distorcendo leis para blindagem corporativa e transformando a justiça em ferramenta de perseguição ideológica, corroendo os pilares de onde eles mesmos habitam no topo.

É preciso que a sensatez, como um papai noel fora de época, faça sua aparição surpresa a Brasília e à Faria Lima neste ano que se aproxima. Nenhum brasileiro tem a ilusão que a sua elite seja santa ou altruísta - a política e as finanças raramente operam ao lado da caridade - mas é essencial que se tenha a inteligência de perceber que a extração excessiva de recursos, a insegurança jurídica absoluta e o silenciamento forçado da população geraram um ambiente estéril e hostil. Um país onde a regra muda conforme o réu, e onde o sucesso depende mais do “amigo do rei” do que da competência, é um país que não pode gerar riqueza real. E sem riqueza real, o que restará para ser gerido?

O retorno à normalidade que desejamos para o próximo ano é, no fundo, um pacto de sobrevivência. É o desejo de que as instituições voltem a operar dentro dos seus limites, que o judiciário julgue conforme a lei e não conforme a conveniência política, e que o sistema financeiro prospere pelo incentivo a um país produtivo, e não pela especulação protegida pelo Estado.

Essa normalidade iria permitir que o Brasil voltasse a respirar e a crescer. Um Brasil próspero e seguro é infinitamente mais lucrativo - inclusive para os atuais poderosos - do que um Brasil convulsionado, polarizado e empobrecido, onde se precisa gastar cada vez mais energia e dinheiro apenas para conter a insatisfação popular e os ataques que, diferente do que a imprensa tanto temia, à época da Lei Magnitsky, não vêm de fora, mas da voracidade interna que não conhece limites e que, na ânsia de garantirem tudo para si no curto prazo, irão acabar com o futuro do país inteiro no longo prazo.

Que em 2026, a inteligência prevaleça sobre a ganância. Que se permita ao Brasil florescer novamente, pois é da riqueza deste solo que todos se alimentam. O desejo, enfim, é que deixem o Brasil ser o Brasil. Pelo bem do povo, certamente, mas, se isso não lhes comove, que o façam pelo bem de seus próprios futuros. Pois quando o teto desaba por falta de alicerce, ele cai primeiro sobre a cabeça de quem está mais alto.

Feliz 2026, e que esse seja o ano do retorno à razão.

- A imprensa fica em uma "crise de imagem" do Judiciário para não ficar nas consequências reais, mostrando que o temor midiático não é a corrupção, mas a quebra da vitrine institucional.
- O zelo inquisitorial reservado à dissidência política escancara ainda mais a leniência dedicada aos crimes da elite financeira e seus sócios no poder.
- Urge que 2026 venha com uma ruptura com o atual modelo de sequestro institucional, onde o aparato público abandonou sua função original para servir apenas à autoproteção e ao locupletamento de seus agentes.

